

O TEMPO E O ESPAÇO NO TRABALHO OPERÁRIO ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL: uma reedição histórica da Vila de Marzagão, distrito de Carvalho de Brito, sudoeste de Sabará - MG

VAGNER LUCIANO DE ANDRADE: Educador e Mobilizador socioambiental, Bacharel/Licenciado em Geografia e Análise Ambiental (UNI-BH) e graduado em Biologia/Licenciatura (Patrimônio Natural) e História/Licenciatura (Patrimônio Cultural) com oito especializações na área pedagógica. Monitorado XI Educação para o Risco Socioambiental (GEEDA/SMMA/PBH) em 2008/2º

RESUMO: O ano de estabelecimento de Marzagão corresponde possivelmente ao ano de acomodação da primitiva fábrica de tecidos da região, a Companhia de Fiação e Tecidos de Minas Gerais. A usina nasceu como sede da Companhia Industrial Sabarense fundada em 1880, na urbe de Sabará e que foi adquirida pelo empresário e político Manoel Thomaz de Carvalho Britto. Situada em total recanto camponês, a Companhia de Fiação e Tecidos Minas Gerais distava das duas cidades mais adjuntas, Belo Horizonte e Sabará, o suficiente para consolidar a existência de uma ampla infraestrutura na vila, o suficiente para acolher os operários e demais atores entrelaçados naquele estabelecimento fabril. É por esse ensejo, que afora de sua qualidade de vila operária, Marzagão incide em conectar diversos empreendimentos comerciais de todos os tipos que lhe ofereceram, naquela ocasião, um estilo autossuficiente em termos de oferta de diferenciados serviços. Em Marzagão, portanto, existiu, um momento bem-sucedido, com agência de correio, banda de música formada por empregados da fábrica, distribuidora de eletricidade, grupo de escoteiros mirins, grupo escolar e usina. Havia plantios numa fazenda denominada Marzagão que fornecia à vila, artigos como arroz, batata, milho e outros hortifrutigranjeiros, além do algodão para a fabricação dos panos. Criavam-se gado bovino e porcos para abastecer de carne e leite o pequeno vilarejo. Tinha açougue, cartório de registros, cinema, igreja, posto médico, padaria, e um conjugado habitacional com 200 moradas. Marzagão, que até 1938 na condição urbana de distrito, era componente do município de Belo Horizonte, passa a pertencer a Sabará. Nesta época, o distrito tinha 2.020 habitantes, enquanto que em toda a municipalidade de Sabará, a população absoluta reunia 11.060 indivíduos. Este trabalho apresenta através de uma breve revisão bibliográfica a relevância na localidade no cenário histórico-geográfico mineiro, enquanto patrimônio cultural e paisagem natural em fase de tombamento.

Palavras chave: Ação Sindicalista; Indústria Têxtil; Operariado; Paisagem Industrial; Urbanização.

ABSTRACT: The year of establishment of Marzagão possibly corresponds to the year of accommodation of the primitive fabric factory in the region, the Companhia de Fiação e Tecidos de Minas Gerais. The plant was born as the headquarters of Companhia Industrial Sabarense founded in 1880, in the city of Sabará and which was acquired by businessman and politician Manoel Thomaz de Carvalho Britto. Located in a rural corner, Companhia de Fiação e Tecidos Minas Gerais was far enough away from the two closest cities, Belo Horizonte and Sabará, enough to consolidate the existence of an extensive infrastructure in the village, enough to welcome workers and other actors intertwined in that manufacturing establishment. It is for this reason that, in addition to its quality as a working-class village, Marzagão focuses on connecting various commercial enterprises of all types that offered, at that time, a self-sufficient style in terms of offering differentiated services. In Marzagão, therefore, there was a successful moment, with a post office, a music band made up of factory employees, an electricity distributor, a group of child scouts, a school group and a plant. There were plantations on a farm called Marzagão that supplied the village with items such as rice, potatoes, corn and other vegetables, in addition to cotton for the manufacture of cloths. Cattle and pigs were raised to supply the small village with meat and milk. It had a butcher shop, registry office, cinema, church, medical center, bakery, and a housing complex with 200 dwellings. Marzagão, which until 1938 as an urban district, was a component of the municipality of Belo Horizonte, now belongs to Sabará. At that time, the district had 2,020 inhabitants, while in the entire municipality of Sabará, the absolute population was 11,060 individuals. This work presents, through a brief bibliographic review, the relevance of the locality in the historical-geographical scenario of Minas Gerais, as a cultural heritage and natural landscape in the process of being listed.

Keywords: Unionist Action; Textile industry; worker; Industrial Landscape; Urbanization.

INTRODUÇÃO

O passado como elemento de escrita e reescrita da cultura, é o que denota a história de uma fábrica de tecidos em Sabará (ANDRADE et al, 2006). A fundação da primeira fábrica de tecidos de Marzagão corresponde provavelmente ao ano de instalação, naquela região da Companhia de Fiação e Tecidos Minas Gerais (GONTIJO, 2001). Tal fábrica têxtil surgiu como sede da Companhia Industrial Sabarense, que havia sido fundada nos anos de transição entre as décadas de 1870 e 1880, na divisa entre o lugar onde se construiria a nova Capital mineira e

a municipalidade de Sabará, visível na figura 01 (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Barreto (1996, p. 221) atesta que:

Pouco depois, em 1878, um outro acontecimento glorioso para o município de Sabará, e particularmente grato a Curral Del Rei, verificou-se nas suas vizinhanças. Por um grupo de sabarenses empreendedores e inteligentes, à frente dos quais se achava o Sr. Francisco Cândido Guimarães¹, foi organizada a Companhia Industrial Sabarense e com ela fundada a Fábrica de Tecidos de Marzagão. Espírito perspicaz de industrial adiantado e inteligente, o Sr. Francisco Guimarães, em 1886, deliberou e empreendeu uma viagem à Inglaterra, onde adquiriu entre outras máquinas, um pequeno dínamo gerador de eletricidade, que trouxe para Marzagão, instalando-o nesse mesmo ano, quando Minas ainda não conhecia eletricidade, senão pelo que a respeito dela se dizia. Era uma pequena máquina movida por força hidráulica, com uma capacidade iluminativa para 20 lâmpadas, a qual ainda existe hoje no almoxarifado da fábrica.

Figura 01 - Mapa de Sabará, Minas Gerais



¹ Além de Francisco Guimarães, constam os nomes de Domingos de Figueiredo Lima; Jacinto Dias da Silva que acumulava os cargos de Chefe do Partido Liberal, Deputado Provincial, Presidente da Câmara de Sabará; e Sétimo de Paula Rocha como fundadores e primeiros diretores da respectiva indústria (MACHADO, 1996, p. 116)

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Distritos-de-Sabara-e-seus-limites-Fonte-Agencia-2010_fig3_320941778

Posteriormente, a Companhia de Fiação e Tecidos de Minas Gerais teve suas ações compradas pelo empresário e político Manoel Thomas de Carvalho Brito (Figura 02), e localizava-se em zona rural, a uma significativa distância das duas cidades mais próximas, Belo Horizonte e Sabará, o bastante para que existisse um vilarejo abrigando inúmeros operários e demais pessoas envolvidas nas atividades fabris correlacionadas (GONTIJO, 2001). Um empreendimento fabril e todo seu contexto conectado é um enlace cultural (ANDRADE et al, 2006). Faraco e Moura (1992, p. 14) afirmam que a cultura “é todo o fazer humano que pode ser transmitido de geração a geração. A cultura é a soma de todas as realizações do homem”. Para explicitar melhor isso, cita-se Cherry (1992, p. 64-65):

O desenvolvimento humano e o avanço das civilizações dependeram principalmente da evolução dos meios de receber, comunicar e registrar o conhecimento e, particularmente, o desenvolvimento da escrita. O homem é essencialmente um animal comunicativo; a comunicação constitui umas de suas atividades essenciais. Enquanto os seres mais rudimentares enfrentam o seu meio ambiente numa base de momento a momento, o homem possui a faculdade de aprender, em graus variáveis. Consequentemente, suas ações são influenciadas por experiências passadas. A experiência humana não é uma questão momentânea: apresenta continuidade; o homem tem um contato com seus antepassados e descendentes, e um sentido de história e de tradição. Tudo isso é possível graças à linguagem, essa capacidade de comunicação possibilitou a organização do homem em sociedades complexas, além de o manter em contínuo estado de mudança. A linguagem humana está em perene mudança. A linguagem e as outras atividades sociais se correlacionam; os interesses e as necessidades de cada época impõe mudanças à linguagem. A comunicação implica essencialmente em linguagem, que seja um dialeto falado, uma inscrição em pedra, um sinal de código Morse. A linguagem tem sido chamada de o “espelho da sociedade”.

É na história enquanto escrita, enquanto elo de comunicação entre tempo e espaço, e na linguagem popular do que se passou que se transcreve esta história fabril (ANDRADE et al, 2006). É por essa causa que, além de sua condição

de vila operária, o complexo industrial de Marzagão passa a ter diversos e diferenciados estabelecimentos, comerciais e outros serviços socioeconômicos, que lhe deram, naquela ocasião, um caráter de autossuficiência em termos de prestação de serviços essenciais à coletividade de seu entorno (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Mas tudo isso quase foi varrido para fora do mapa, da noite para o dia, mobilizando a coletividade local. Assim, a necessidade de preservação deste legado ecológico e cultural deu origem ao MOVIMENTO VIVA MARZAGÃO, promovido pela ACAMM (2001, ofício):

O Movimento Viva Marzagão é um grito de basta contra as demolições e o abandono do Marzagão

É uma voz que se levanta contra a falta de sensibilidade para com nossa memória e o desrespeito às gerações passadas. É um não ao poder econômico e sua nefasta cegueira para com a vida e o sentimento. O Movimento Viva Marzagão é antes de tudo, um facho de esperança que vem do coração e ecoa por entre as montanhas de Minas, descortinando quem sabe, um futuro melhor e mais digno.

A revitalização do Marzagão é nosso objetivo! Uma ação balizada na preservação do patrimônio histórico e cultural, que valorize a população da vila e crie condições de sustentabilidade através de atividades turísticas e culturais. De imediato lutamos por:

Reconstrução da ponte. Nossa pequena ponte, simples e singela (não uma ponte faraônica, há muito prometida);

Tombamento histórico e paisagístico;

Reconstrução das caixas d'água;

Reforma dos sobrados;

Sede da ACAMM²; e

Melhoria das condições de saneamento da vila.

Contamos com todos nesta caminhada para que possamos remover as pedras do nosso caminho.

² ACAMM - Associação dos Amigos e Moradores de Marzagão

Figura 02- Foto de Manoel Thomaz Carvalho de Britto (1872-1952)



Fonte: (GONTIJO, 2001).

A HISTÓRIA OFICIAL DE MARZAGÃO

Fruto de um passado que não pode ser esquecido, mas imediatamente resguardado, Marzagão gozou então, de um período próspero (GONTIJO, 2001). Chegou a ter agência de correio, cartório, distribuidora de luz, grupo escolar e usina de eletricidade (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Possuía um pequeno coletivo de escoteiros mirins e uma banda de música constituída por empregados da fábrica (GONTIJO, 2001). Área de abundantes remanescentes florestais nativos ou reabilitados sofria forte pressão urbana de Belo Horizonte, a oeste e de Sabará, a leste (ANDRADE et, 2006). Sobre os empecilhos e processos atuais de preservação dos patrimônios, cultural e ecológico foram retratados em reportagem do Jornal Estado de Minas (2000, p. 08):

VILA FANTASMA

O processo de preservação terá que passar obviamente pelo tombamento do conjunto da Vila Marzagão, o que tem sido prejudicado pela burocracia. Pelo Plano Diretor de Sabará, a também chamada "Vila Elisa" já está incluída na área de preservação do patrimônio cultural, mas o projeto não avançou. Antes de procurar e apontar os culpados, a comunidade de Vila Marzagão espera que todos os impedimentos, sejam afinal vencidos com o apoio de órgãos como o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio

Histórico e Artístico). No órgão, não há notícias de nenhum projeto de preservação da vila. Na prefeitura de Sabará, também não existem nenhum processo de tombamento.

A vila cresceu em torno da fábrica de tecidos da Companhia Paraopeba Industrial, no limite do bairro General Carneiro com Carvalho de Brito. No começo do século, a vila foi importante centro produtivo abastecendo comerciantes de regiões distantes, como o Triângulo Mineiro, Zona da Mata, e os Estados de Goiás e Mato Grosso.

Símbolo deste período de desenvolvimento, a estação da Estrada de Ferro Central do Brasil está hoje abandonada, praticamente em ruínas. A decadência da Vila Marzagão teve data certa para começar, mais precisamente em 1978, quando a Companhia Paraopeba Industrial encerrou suas atividades. Mas bem antes disso, ela já vinha sofrendo com o crescente abandono, em função do crescimento de outro pólo industrial em Contagem, com o fim da II Guerra Mundial

A vila operária e o complexo fabril eram atendidos pela fazenda de Marzagão, inserida no entono, onde eram plantados produtos como o arroz, a batata, o milho e outros hortifrutigranjeiros, além da principal matéria prima que era o algodão para a fabricação de tecidos (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Entre as Vilas Operária e Elisa, estavam as matas do Inferno e do Mello (ANDRADE et al, 2006). Nota-se que a pressão de exploração dos terrenos, tanto urbanos, quanto rurais levariam à devastação ambiental irremediável (ANDRADE, et. al. 2006). Isso é verificável no ofício descrito abaixo (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2001-a):

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2001

Ilmo. Sr.

Dr. Flávio de Lemos Carsalade

DD. Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos, vimos comunicar a V.Sa. que faremos no dia 11/02/2001 (domingo), "Caminhada pela Preservação Ambiental e Tombamento Histórico da Vila Marzagão", com saída da Praça da Santinha, Casa Branca, as 09:00 horas, uma vez que a aludida vila está sofrendo depredação, comprometendo seriamente o patrimônio histórico, que conta com construções antigas, bem como o patrimônio ambiental.

Para integrarem este movimento, de iniciativa das entidades comunitárias da região, estamos convidando a participar representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano da PBH³, do IEF⁴, do "Projeto Manuelzão", do IBAMA⁵, da Promotoria de Justiça e Meio Ambiente, da Associação de Defesa do Meio Ambiente, da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Na certeza de contarmos com o apoio imprescindível desse órgão, agradecemos efetiva participação,

Atenciosamente,

ROBERTO CARVALHO

Vereador - PT⁶

Para Andrade et al (2006) haveriam esboços de extrema relevância para a preservação ecológica e cultural da região. Assim, nesta área, inserida ao norte da vila operária, em 1979, o Programa de Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL⁷), através do Programa Metropolitano de Parques Urbanos, previu a implantação do Parque General Carneiro (1979, p. 21)

Área de 200 hectares, situada no município de Sabará, nos limites da Zona Urbana de Belo Horizonte, apresentando relevo bastante acidentado com declividades predominantes nas faixas de 10% a 25% e acima de 25%. Limitada ao sul pela Estrada de Ferro Central do Brasil, que segue paralelamente ao leito do Ribeirão Arrudas, à área do Parque, estende-se na direção norte, subindo as encostas

³ PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

⁴ IEF - Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

⁵ IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Não Renováveis

⁶ PT - Partido dos Trabalhadores

⁷ PLAMBEL - Superintendência de Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte

da serra, até os limites com terrenos de propriedade do Banco Nacional da Habitação. Estes terrenos deverão ser integrados ao programa de oferta de lotes urbanizados à população, pelo BNH⁸, segundo informações obtidas neste órgão.

A parte mais alta do morro é o local onde as declividades apresentam-se mais suaves, sendo coberto em grande parte por uma mata nativa, caracterizada pela presença de árvores de alto e médio porte.

A leste, a área do Parque é limitada pelo Conjunto Habitacional Nações Unidas que abriga cerca de 500 famílias. A Zona Urbana de Belo Horizonte, situada a oeste do Parque, apresenta ocupação relativamente antiga, em 1950, parte da área já se encontrava ocupada.

Em novembro/75, apresenta densidades de população que variavam de 51-100 habitantes por hectares, com nível de renda na faixa de até seis salários mínimos mensais.

Anteriormente nestas matas, haviam atividades agrosilvipastoris que provavelmente ocasionam ligeiras degradações ambientais, criando ambiente ecológico de sucessão, numa dinâmica de reabilitação natural e recuperação humana (ANDRADE et al, 2006). Criavam-se gado bovino, galinhas e porcos para suprir de carne leite e ovos, a vila/fábrica (GONTIJO, 2001). Nessa época, a de maior desenvolvimento, havia açougue, agência de correios, almoxarifado, armazém, banda de música, campos de cultivo, campo esportivo, carpintaria, cinema (Figura 03), clube social, depósito de algodão, distribuidora de luz, fábrica de tecidos, escritórios, estábulo, fazenda, grupo escolar, grupo de escoteiros, galpão da tecelagem, galpão da usina, igreja (Figura 04), mata nativa, oficina de fundição, oficina mecânica, olaria, posto médio, padaria, piscina, residências administrativas, refeitório, residências térreas geminadas (multifamiliar), residências térreas isoladas (unifamiliar), seções fabris, serraria, sobrados residenciais, torrefação de café, usina de eletricidade, vila residencial, sendo que o núcleo habitacional abrigava 200 residências para os operários (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001).

Figura 03 - Foto do cinema

⁸ BNH - Banco Nacional da Habitação



Fonte: (GONTIJO, 2001).

Figura 04 - Foto da atual casa onde funciona a igreja



Fonte: (GONTIJO, 2001).

A ostensiva ocupação urbana nesta área em decorrência das atividades fabris e do complexo a ela conjugado gerou uma série de agravantes (GONTIJO, 2001). Na primeira metade do século XX, a área rural sofreu severas degradações ambientais (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Assim, em pleno século XXI é necessário desenvolver estudos para reabilitação de determinadas áreas

degradadas através de uma série de etapas técnicas a serem consideradas, assim como o acompanhamento e a assinatura de um responsável técnico, para que a mesma ocorra dentro dos parâmetros legais (GONTIJO, 2001). No primeiro momento, a parte do diagnóstico socioambiental da área (matas do Inferno e do Mello) dimensiona a situação da degradação e qual foi o elemento que ocasionou essa degradação, bem como uma caracterização do entorno da área degradada, reforçando a importância de sua recuperação e os benefícios que serão concedidos as comunidades adjacentes (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Na sequência deve elaborado um projeto de reabilitação organizado por temas específicos e determinação de um cronograma e das etapas de implantação (GONTIJO, 2001). As temáticas envolvem vegetação nativa e sua reabilitação, percentual de infiltração ou percolação de água no solo (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Estudos específicos devem ser direcionados aos bens do patrimônio histórico-cultural como casarões e sobrados (Figura 05).

Figura 05 - sobrados geminados



Fonte: (GONTIJO, 2001).

Outro formato de alojamento temporário eram os pensionatos, onde moças e rapazes ficavam hospedados, em compartimentos separados (GONTIJO, 2001). Sem descrições socioambientais para o sul de Marzagão, ou seja sem perspectivas de preservação da Mata Sul ou Mata do Mello (Figura 06), uma outra área de importância ecológica e cultural, nada de concreto se efetivou na segunda metade do século XX (ANDRADE, et al 2006). As principais características da área ao norte da vila operária, denominada de mata norte ou mata do Inferno, segundo o PLAMBEL (1979, p. 22) eram:

Topografia bastante acidentada com declividade acima de 25% nas encostas que seguem paralelas ao leito da estrada de ferro, tornando-se mais suave na parte mais alta do morro e das encostas que se inclinam em direção à área urbanizada de Belo Horizonte;

Principal acesso à área do parque através do bairro Nova Vista⁹, ao limite da Zona Urbana de Belo Horizonte.

Proximidade da rodovia BH-Sabará, definindo uma futura alternativa para acesso à rea;

Presença de matas que cobrem grande parte dos terrenos situados na crista do morro, ocupando cerca de 50 hectares;

Posição dominante da crista do morro, com altitude superior  das elevações mais proximas constituindo-se num excelente mirante para todo o Centro de Belo Horizonte e para a Serra da Piedade;

Cortada pelo leito da ferrovia BH-São Paulo, já em fase de implantação.

Figura 06 - Mata do Mello ao fundo

⁹ Lei Orgânica municipal de Sabará

Disposições gerais
Atos das disposições transitórias

...

Art. 15. Compete ao Poder Executivo tomar as medidas necessárias para que a área denominada “Mata do Inferno”, no Bairro Nova Vista, seja considerada reserva ecológica, vedada qualquer utilização que comprometa sua integridade física e biológica, num prazo de 06 (seis) meses, a contar com a promulgação desta Lei Orgânica.

...



Fonte: (GONTIJO, 2001).

Territorialmente a localidade onde a fábrica funcionava fazia parte, até 1938 de Belo Horizonte. Nesse ano, através do decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro, Marzagão passa a pertencer a municipalidade de Sabará, na categoria de distrito como território desmembrado de Belo Horizonte (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Nesse período, o distrito crescia grandemente nos aspectos econômico e populacional (GONTIJO, 2001). Pelos dados do Censo de 1940, sabe-se que, da população local de Sabará, que era de 11.060 moradores, cerca de 2.020 habitantes residiam em Marzagão (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Desde total de 2.020 marzagonenses, 1.362 habitavam em áreas urbana e suburbanas e 658 residiam na zona rural (GONTIJO, 2001). Em 1943, o decreto-lei municipal nº 1.058, de 31 de dezembro, determina uma alteração de denominação de Marzagão para Marzagânia conforme descrição no Quadro I (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001).

Quadro com alterações de nome em Marzagão

Data	Instrumento legal	Acontecimento de destaque
17/12/1938	Decreto-lei Estadual nº 148	Marzagão transferido de Belo Horizonte para Sabará

31/12/1943	Decreto-lei Estadual nº 1.058	Marzagão passa a se chamar Marzagânia
Xx/xx/1962	Lei Estadual nº 2.764	Marzagânia passa a se chamar Carvalho de Brito

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A alteração aconteceu devido ao episódio de existir no estado de Goiás (Figura 07), uma urbe com o mesmo nome, o que fazia com que o distrito mineiro apresentasse dificuldades com as correspondências (GONTIJO, 2001). Cartas que precisariam ser encaminhadas a Goiás, iam parar no distrito de Marzagão, em Minas Gerais, por equívoco, e o oposto ocorria (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Mas a preocupação do poder público ficou apenas na questão toponímica, sem avançar para pautas de políticas como ecologia e cultura (ANDRADE, et al, 2006). Mas ao longo do tempo e do espaço, o distrito não obteve êxito na preservação do patrimônio cultural e do patrimônio ambiental, sofrendo severas ameaças (Figura 08) decorrente da pressão urbana desenfreada como registra o seguinte ofício existentes nos arquivos da Câmara Municipal de Belo Horizonte (2001-b):

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2001

Of. Nº 55/2001

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos, vimos solicitar a V.Sa. a gentileza de intensificar a fiscalização, no loteamento "Novo Horizonte", Bairro Casa Branca, informando se foi submetido à análise por este órgão para obtenção do competente licenciamento para abertura, bem como se houve alguma irregularidade no aludido processo.

Ocorre que a comunidade daquelas imediações, trouxe ao nosso conhecimento e vem registrando destruição de área de mata, com cortes de árvores, e dos mananciais, com desvio do seu curso natural e aterro de algumas nascentes, o que consequentemente implica no desequilíbrio ambiental com prejuízos para todos nós.

Na certeza de que o assunto será objeto de atenção e empenho de V.Sa., aguardamos pronto atendimento.

Atenciosamente,

ROBERTO CARVALHO

VEREADOR PT - 1º Secretário

Ilmo. Sr.

DD. Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente -
FEAM

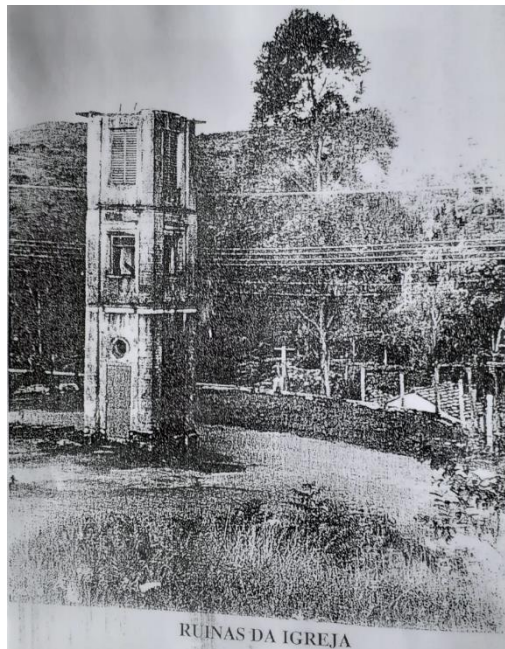
CAPITAL

Figura 07 - Mapa de Marzagão no estado de Goiás



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Marzag%C3%A3o_\(Goi%C3%A1s\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marzag%C3%A3o_(Goi%C3%A1s))

Figura 08 - Foto de ruínas da igreja



Fonte: (GONTIJO, 2001).

Sem cuidar de seu patrimônio cultural e ecológico, Marzagão prosseguiu desenvolvendo (GONTIJO, 2001). Dados do IBGE de 1946, atestavam que o distrito (já com o nome de Marzagânia), tinha uma área de 43 km², o contingente populacional, chegando aos 2.400 moradores (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). É importante lembrar que Marzagão, em sua etapa áurea, era, uma além de uma vila operária modelo, devido, sobretudo, às qualidades de urbanização e à composição do comércio (GONTIJO, 2001). Para que no futuro, a história de Marzagão não fossem varrida do mapa foram necessárias ações do poder público como o tombamento histórico e a Criação de unidades de conservação (ANDRADE, et al, 2006). O PLAMBEL (1979, p. 23) propunha uma série de funções ecológicas e culturais:

Propõe-se a criação de um Parque, destinado ao lazer semanal, com características de reserva biológica, visando a preservação da paisagem natural definidas pelas matas existentes.

A ocupação residencial em suas proximidades e as previsões de aumento da densidade populacional naquela região mostram a necessidades de se reservar, nos terrenos situados na periferia do parque, locais destinados a equipamentos de recreação e para o lazer cotidiano

Andrade et al, 2006, descreve ainda que outro parque deveria ser criado e implantado ao sul na mata do Mello, onde a Carvalho Britto tinha uma morada,

um local de lazer e retiro para a família, em uma área contígua à vila operária, chamada "Vila Elisa" (Figura 09), que era o nome da esposa de Manoel Thomaz de Carvalho Britto (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Dessa forma, a família e pessoas ligadas a Vila Elisa acostumavam aludir-se a Marzagão como a "Shangrilá Sabarense", (como é possível achar num livreto do centenário de Manoel T. de C. Britto, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (GONTIJO, 2001). Tal alcunha, que refere-se ao paraíso perdido Shangrilá, que desenhava bem o sentimento que o distrito causava em seu período mais bem-sucedido (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). A preocupação com a preservação ecológica e cultural veio com a degradação nos últimos cinquenta anos (1950-2000) deste distrito sabarense. A pauta emergencial foi parar na Câmara Municipal de Belo Horizonte, quando o Movimento "Viva Marzagão", apela ao Vereador Roberto Carvalho, em 2001, um contexto de soluções criando um grupo local para militância:

A ACAMM, Associação Comunitária dos Amigos e Moradores do Marzagão, tem a honra de convidá-lo para participar de uma mesa redonda "MARZAGÃO: ESPAÇO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E CULTURAL A SER PRESERVADO".

A Vila Marzagão é um importante conjunto histórico/industrial de Minas, datando de 1879, a fundação da Fábrica de Tecidos Marzagão. A vila foi cenário do conto "Sinhá Secada" (Livro Tutaméia), de João Guimarães Rosa, pertenceu a Belo Horizonte até 1938, quando retornou à comarca de Sabará, tendo sido berço da família do importante político e industrial Manuel Tomás Carvalho de Brito.

A sua localização marca o encontro de quatro importantes ícones da história de Minas: A Estrada Real, a Estrada de Ferro Central do Brasil, a bacia do Rio das Velhas e a florescente indústria têxtil no final do século XIX.

Na passagem dos anos 50 para os anos 60, os seus operários protagonizaram importantes movimentos sociais e sindicais, entre eles a famosa passeata da Fome, em 1961.

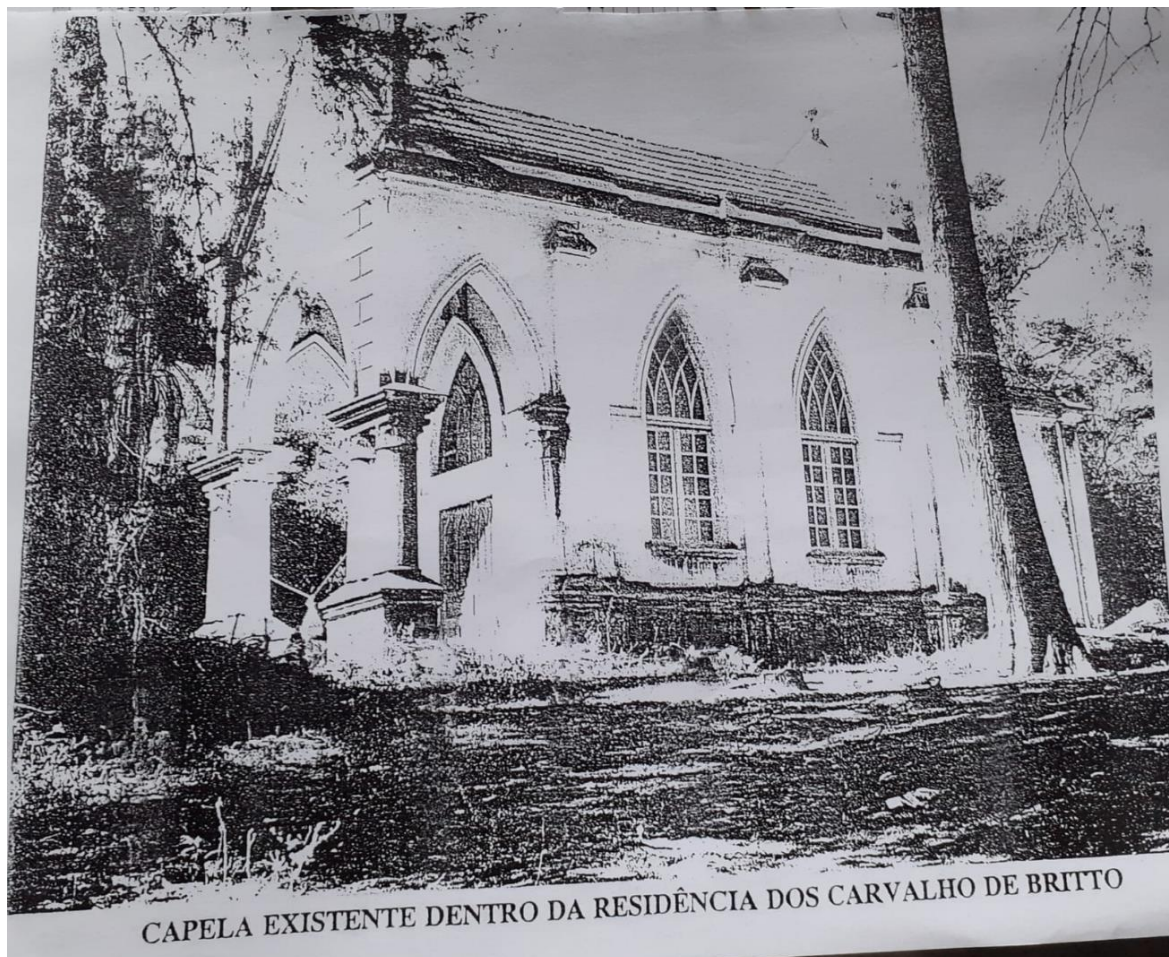
Marzagão é ainda imagem viva na memória de milhares de pessoas, que ali nasceram ou construíram suas vidas e hoje lamentam seu abandono.

Há mais de vinte anos, o conjunto arquitetônico do vilarejo tem sido vítima do abandono e das constantes demolições.

Atualmente até mesmo a ponte sobre o Rio Arrudas, único acesso público à vila, está caindo, aguardando, há quase três anos, a sua reconstrução.

A ACAMM tem se posicionado contra esta política predatória e buscando caminhos para a conservação e revitalização do patrimônio cultural, artístico, arquitetônico e industrial de Marzagão.

Figura 09 - Capela da Vila Elisa



Fonte: (GONTIJO, 2001).

A FÁBRICA E A VILA

Contudo, nos anos de 1950, já aproximava-se o momento de decadência de Marzagão (GONTIJO, 2001) e os sobrado, nascentes, matas e casarões estariam condenados. Como uma vila operária, ou seja tinha uma existência que

contornava o contexto da fábrica, não é de se intrigar, que Marzagão padecesse os reflexos do seu rumo desenvolvimentista, inteiramente (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Uma tensão que abrangeu a Companhia de Fiação e Tecidos Minas Gerais fez que surgisse uma condição inconciliável entre os empregados da fábrica e a sua chefia (além de aflorarem várias dificuldades trabalhistas entre os mesmos), o que culminou em um movimento grevista no final da década de 1960 (GONTIJO, 2001). Oliveira e Guimarães (2001, p. 38), citam Giroletti (1991, p. 162-163¹⁰) evidenciando que:

(...) Tinha setores bastante insalubres, como o trabalho nas caldas, que você anda e algodão fica flutuando visivelmente no ar. (...) as pessoas ficavam cobertas, embranquecidas mesmo de algodão. As máquinas eram rudimentares, as pessoas podiam cortar as mãos (...) havia gente torcendo pé, essas coisas, as vezes, mesmo buracos, dentro do espaço que não deveria ter. era uma fábrica bastante atrasada (depoimento de funcionário).

(...) O discurso da proteção e da benevolência tinha como pressuposto a fidelidade, a gratidão e a subserviência.

(...) O modelo de fábrica como vila operária estende a denominação do capital para além do processo produtivo, imiscuindo-se na esfera privada da vida do trabalhador operário.

(...) Nas vilas operárias, os empresários combinavam “de forma eficaz, os poderes de legislar, de multar e de policiar”, que na sociedade são atributos do Estado.

Segundo Lucília Neves Delgado, em seu trabalho “Marzagânia: Fabrica, Vila Operária e movimento social”, as paralisações acontecidas em Marzagão, no fim da década de 1960, devem-se nomeadamente, a demora na remuneração salarial e as condições desfavoráveis de afazeres que os funcionários da fábrica encaravam (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Destituída de um maquinário moderno e eficiente, os empregados da fábrica trabalhavam em um espaço insalubre, pesado, precário e ultrapassado e que ocasionava problemas e doenças (GONTIJO, 2001). Além disso, a jornada de trabalho não era constante, isto é, operários os tinham que modificar de turno a cada semana, o que os evitava de outra atividade de horário fixo (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Segundo escritos de Delgado e Le Vem (s/d):

¹⁰ Giroletti, Domingos. **Fábrica, convento, disciplina**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991

A fábrica da Marzagânia era uma empresa na qual predominava uma organização tradicional e, sobretudo, paternalista. Incrustada no seio de uma vila operária, de propriedade da empresa, conformava uma instituição total que interferia na vida íntima da grande maioria dos seus operários. O cotidiano do empregado de Marzagânia era demarcado por uma jornada de trabalho particularmente perversa, que o prendia internamente à fábrica, impedindo-o de exercer qualquer outra atividade, de lazer ou instrutiva, que exigisse horário fixo (...). O descanso semanal era fixo, aos domingos, quando o comércio estava fechado. O operário ficava então inteiramente na dependência da empresa, que tinha no próprio vilarejo, um armazém para abastecimento de seus empregados (...). A maior parte dos empregados era formada por pessoas do sexo feminino, cerca de 70% da mão de obra, que operava um maquinário tradicional, obsoleto e pesado.

Tal jornada não proporcionava chance para que os agregados fossem às cidades de Belo Horizonte e Sabará, com assiduidade (GONTIJO, 2001). Marzagão principiou com a produção de tecidos, mas em 1950 contraiu o equipamento imprescindível à fabricação de lonas e cordonéis (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Passou a ter o papel de atender à indústria Pneus Brasil, no Rio de Janeiro, abastecendo a respectiva empresa com material para a fabricação de pneus (GONTIJO, 2001). A fábrica marzagonense tinha, naquele momento, um valor secundária, uma vez que o empreendimento fundamental da família Carvalho Brito adveio a ser a indústria do Rio, a Pneus do Brasil (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001).

Essas são umas das muitas elucidações para a ausência de aquisição de equipamentos, recursos e insumos por parte dos Carvalho Britto, na modernização da fábrica, além do fato de a fabricação do material para a Pneus Brasil não ordenar amplos progressos tecnológicos (GONTIJO, 2001). Há outro fator: essa indústria de pneus dispôs de auxílios do governo federal até a posse de Juscelino Kubitschek¹¹, até quando os perdeu (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). A conjuntura agravou-se com a vinda de indústrias estrangeiras influentes no mesmo setor, o que gerou a ampliação da competitividade mercadológica. (GONTIJO, 2001). No fim dos anos 1950, a fábrica de Marzagão via-se com sérios problemas financeiros, não tinha como pagar os funcionários, além de não ter um equipamento moderno, ou seja, não tinha qualidades competitivas com empresas estrangeiras (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Tais problemas eram

¹¹ Juscelino Kubitschek

encarados por todo setor mais tradicional na era de JK, decorrente de sua política de abertura ao capitalismo estrangeiro (GONTIJO, 2001). Por isso, no começo dos anos 1960, a fábrica abeirava-se de um colapso, uma vez que vinha empilhando uma série de problemas e débitos (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). A adoção, por parte da fábrica, de uma política de diminuição de gastos, que muitas vezes derivava no atraso do liquidação salarial dos empregados, compôs um dos fatores que induziram Marzagão a ser um lugar de ações sindicais (GONTIJO, 2001). Entretanto, o procedimento reivindicatório não se ampliou facilmente, pois as situações em que as lutas foram empreendidas não eram adequadas e foram gradativamente moldadas com o passar do tempo e dos problemas (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001).

MARZAGÃO E OS CONFLITOS TRABALHISTAS

Se por um lado, o comércio e as residências proviam todas as necessidades dos funcionários de Marzagão necessitavam, por outro, criavam uma relação de dependência deles para com o empreendimento fabril, já que o ordenado era abatido no salário total após descontos em gastos como água potável, energia elétrica, nutrição básica e residência simples (o que as vezes, derivava em endividamento, pois tudo era subtraído na folha de remuneração), segundo escritos de Gontijo (2001). Cerca de metade dos empregados, que ao todo somavam quase 440, habitavam na vila, com todos os trabalhadores pagando alugueis baixos (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). A probabilidade de ter casa no conjugado residencial era outorgada aos mais velhos e aos que exibissem melhor desempenho no interior do vilarejo (GONTIJO, 2001). A possibilidade de ter os filhos servidores na Companhia revolvía em torno das mesmas qualidades (GONTIJO, 2001). A fábrica trazia na Igreja Católica um intercessor convincente em seus relacionamentos com os empregados (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Muitas vezes, os sacerdotes locais influenciavam no sentido de serenar tumultos, especialmente quando vinha à tona o desagrado com as condições de tarefas e serviços na fábrica (GONTIJO, 2001). Como a grande parte do operariado era vinculada ao catolicismo, os párocos exerciam uma função de propagadores de fala dos patrões e da narrativa da fábrica, buscando remover qualquer ofensa no sentido de protestar, questionar e reivindicar (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001).

Segundo conta Lucília Neves Delgado, a missa de domingo, efetivada na vila habituava abordar duas temáticas específicas: uma de glorificação aos valores da religião cristã e da ética e moral e outra conexas à reconhecimentos e à afeição às tarefas cotidianas, sem reclamações e/ou questionamentos, de qualquer natureza (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). O caráter paternalista adotada pela manufatura fabril, ao proporcionar comodidade (abastecimento, assistência médica e moradia) despontava uma tática que garantia o controle e a disciplina dos servidores nos dois espaços: residência e vilarejo no trabalho (GONTIJO,

2001). Todavia, a fábrica e a vila completavam um único ambiente, compondo dois cenários exclusivos, pois tudo competia aos mesmos donos: as casas, a fazenda, as propriedades administrativas e operacionais, ou seja, o estabelecimento fabril, tudo, em toda sua integridade e existência eram propriedade privada (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001).

E a fábrica obtinha meios de interferir nos dois ambientes (laboral e íntimo), tendo sua autoridade avivada pela adesão da igreja católica local (GONTIJO, 2001). Nesta situação, o arranjo que culminou nas greves adveio por passagens menos explícitas e formais (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). A circulação grevista principiou-se, com o aparecimento de comitês, constituídos clandestinamente ao longo de 1958, fundamentadas num experimento cooperativista já existente em Nova Lima (GONTIJO, 2001). Toda sessão, escolhia um emissário e embora de 70% do operariado ser formado por mulheres, somente três integrantes do sexo feminino entraram na coligação de 17 enviados para reuniões, organizações e preparações do movimento (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Então, nesse ano de 1958, foi estourada a principal greve determinando a liquidação das remunerações atrasadas (GONTIJO, 2001).

Existiu um escasso contingente de oposição por parte dos funcionários mais velhos em abrigar a ideia das comissões, pois existia o receio de perder o direito de habitação em Marzagão (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Ainda assim, a comissão completou sua meta, alcançando o adesão da maior parte na batalha por melhor qualidade de vida, remuneração e reconhecimento no trabalho, além da questão salarial que atendeu satisfatoriamente a todos (GONTIJO, 2001). A técnica reivindicatória em Marzagão é destacável por não ter sido um procedimento habitual já que partiu dos próprios trabalhadores (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Não foi algo proveniente de uma união com o sindicância oficial ou partido político, até porque na metade da década de 1950, os servidores não tinham se afiliados a partidos políticos (GONTIJO, 2001). Aliás, a aproximação com o grupo coletivo sindical adveio após a concepção dos comitês temáticos, que operavam de maneira livre (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). A greve consequente, em janeiro de 1960, já computava com base sindical e teve uma coordenação ostensiva, alargando a uma manifestação pelas ruas de Belo Horizonte, chamada de "Passeata a Fome" (GONTIJO, 2001). Os operários da fábrica de Marzagão incidiram pelas ruas belorizontinas apostando na ação de chamar a atenção das autoridades e da população, expondo nas mãos, painéis esvaziados para despontar a condição em que habitavam, já há cinco meses, sem ganhar os valores de seus ordenados (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). A caminhada conseguiu repercussão nacional e as negociações com a administração da fábrica alcançaram um sucesso respectivamente bem sucedido (GONTIJO, 2001). Esta ação grevista foi responsável, por dar a Marzagão legitimidade, autenticidade e transformá-la numa paisagem cultural de

inigualável valor, com ações empreendidas em prol da preservação da cultura e da ecologia local conforme descreve o ofício registrado abaixo (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2001-c):

Belo Horizonte, 11 de maio de 2001.

Of. 200/2001

Prezado Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos, venho à presença de V.Sa. para convidá-lo a participar de uma vistoria técnica a ser realizada no Sítio Histórico de Marzagão - Sabará, dia 16 de maio, às 09:00 horas.

De acordo com relatos e documentos fotográficos da comunidade local, Marzagão, que foi uma das primeiras vilas da Capital e que marcou o início da industrialização da região metropolitana de Belo Horizonte, vem nos últimos meses sendo depredada e as matas do Inferno e do Melo, que fazem parte desse Sítio Histórico, devastadas.

A vistoria contará com a presença dos representantes das Câmaras Municipais de Belo Horizonte e Sabará, Vereadores Roberto Carvalho e Argemiro Ramos, respectivamente. Também está confirmada a presença do Promotor de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, Dr. Luiz Carlos Teles de Castro.

Na certeza de contar com a presença de V.Sa., antecipo agradecimentos.

Atenciosamente

ROBERTO CARVALHO

VEREADOR - PT

Ilmo. Sr.

Dr. Marcos da Silva Luciano

DD. Delegado Especializado na Preservação da Qualidade de Vida e Ecologia

No mesmo ano da passeata da panela vazia, Manoel Thomaz de Carvalho Britto abdicou ao cargo de chefe da fábrica de Marzagão. Logo depois, Sylvio Werneck de Carvalho Britto adquiriu o cargo de diretor financeiro (GONTIJO, 2001). A família Britto ininterruptamente permaneceu no chefia da fábrica. Gastão de Carvalho Britto (Filho de Manoel de C. Britto) chegou a desempenhar a colocação de presidente da fábrica, enquanto seu irmão, Raul de carvalho Britto foi diretor tesoureiro em 1941 (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Em 30 de dezembro de 1962, o decreto-lei atribuiu ao distrito a designação atual de Carvalho Britto (GONTIJO, 2001). É conveniente notar que a Estação Ferroviária Carvalho Britto, presentemente desativada, já teve várias denominações (GONTIJO, 2001). Implantada em 07 de setembro de 1902, com nome de Marzagão, a estação (Figura 10) teve seu nome para Carvalho Brito, regressou a ter o nome Marzagão, acontecendo novamente mudança para a denominação Marzagânia, até parar em Carvalho Britto (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Isso evidencia que as modificações de nome, por vias oficiais, através de decretos, nunca foram de fato seguidas, coligadas pela população local, uma vez que, apesar de ter tido diversas alcunhas, o que é hoje, oficialmente o distrito de Carvalho Britto, continua na cabeça e na boca das pessoas como Marzagão, designação mais antiga da região (GONTIJO, 2001). Oliveira e Guimarães (2001, p. 34) alega que:

O nome Marzagão, entretanto, prevaleceu no domínio popular, e remonta ao período colonial, fazendo alusão a uma feitoria portuguesa na costa da África, donde provieram alguns colonizadores de Minas. Justifica-se até a mudança da denominação do distrito de Marzagânia para Carvalho Britto, pelos constantes extravios de correspondências endereçadas aos moradores do Marzagão, para localidade homônima no estado de Goiás. Em 1946, recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, informa que o distrito tinha uma área de 43 km² e seu contingente populacional estava próximo dos 2.400 moradores, que em sua absoluta maioria estavam vinculados à Fábrica de Marzagão e à fazenda do mesmo nome.

Figura 10 - Foto da residência do agente da estação



Fonte: Gontijo, 2001

Em anos posteriores, em 1967, foi criada uma franquia em Montes Claros. Em 1972, a fábrica e a usina hidroelétrica foram transferidas para a Paraopeba Industrial S/A, que locou a propriedade (GONTIJO, 2001). No ano seguinte, a alcunha da sociedade foi mudada, passando a ser então a União Rio Empreendimentos S/A. ainda em 1973, foi aberta uma representante no Rio de Janeiro (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Segundo testemunho de Sylvio Werneck, a União Rio (de propriedade da família Carvalho Britto) que naquela época era uma companhia imobiliária do Rio de Janeiro, aliou-se à Paraopeba Industrial, fundindo a Companhia de Tecidos Minas Gerais à Paraopeba (GONTIJO, 2001). Estas mudanças trouxeram a possibilidade da destruição ecológica e cultural para Marzagão (ANDRADE, et al, 2006). Assim, no início dos anos de 1990, as matas seriam devastadas para dar origem aos bairros Alto da Boa Vista, Campos Elíseos e Novo Horizonte (ANDRADE, et al, 2006). Com o advento da Lei Orgânica Municipal, as matas do sul (mata do Mello) e do norte (mata do Inferno) foram

declaradas como de preservação ecológica e cultural (PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ, 1990):

Título VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 224. Ficam consideradas para fins de preservação, e declaradas monumentos naturais e paisagísticos do Município:

I - as áreas de proteção dos mananciais;

II - a área denominada "Mata do Inferno", no bairro Nova Vista, considerada reserva ecológica;

III - a mata do Sobradinho;

IV - a mata do Córrego das Lages;

V - a Chácara do Lessa;

VI - o conjunto arquitetônico e a mata do Arraial Velho;

VII - a reserva ecológica do "Cabeça de Boi";

VIII - a reserva ecológica do "Segredo";

IX - a reserva ecológica do "Papa Farinha";

X - a mata da encosta protetora da Igreja de São Francisco e das nascentes do chafariz do Kaquende;

XI - as matas protetoras das nascentes situadas no Distrito de Ravena;

XII - a reserva ecológica do Morro do Mineiro e do Córrego do Meio;

XIII - a reserva ecológica do Gainha;

XVI - conjunto paisagístico e ecológico da Vila Elisa e matas adjacentes;

Parágrafo único - Qualquer alterações nestas áreas de reservas ou de preservação natural, só poderão ser feitas por lei municipal.

A legislação tentava blindar o patrimônio ecológico e cultural da destruição futura (ANDRADE, et al, 2006). A nova unidade, que manteve o nome de Paraopeba Industrial, foi criada com o desígnio de impetrar melhores incentivos fiscais e financeiros, por parte do governo para a atividade têxtil (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Após alguns anos, a Paraopeba terminou suas atividades e se encerrou no ramo (GONTIJO, 2001). A União Rio Empreendimentos demarcou a área da fábrica, comercializando-a em seguida para a Companhia Cedro Cachoeira (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2001). Esta por sua vez, retirou o maquinário empregado pela Paraopeba e revendeu os galpões à Confecções Top (Marcel Phillipe), que mudou-se do bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, para Sabará, continuando lá até os dias de hoje (GONTIJO, 2001). Na atualidade um significativo coletivo milita em prol da conservação da paisagem cultural e da paisagem natural que ainda restou ao longo da história (ANDRADE, et al, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que preservar Marzagão? O tempo e o espaço no trabalho operário no contexto da Vila de Marzagão, distrito de Carvalho de Brito, sudoeste de Sabará - MG se materializa enquanto inigualável patrimônio cultural e ecológico. Com o intuito de se destacar previamente sua relevância na história urbano-industrial capitalista de Minas Gerais propôs-se uma reedição histórica a partir do enfoque na ação sindicalista, na indústria têxtil, no operariado mobilizado, na paisagem industrial e por fim destacar a desenfreada e perigosa urbanização de uma área rural de extrema relevância ecológica e cultural.

As paisagens agropecuárias em pequenos vilarejos urbanos, em nuance com as áreas de cultura e ecologia são obras públicas, construídas coletivamente. A ecologia é um formato técnico que milita contra as alterações no artigo 225 da Constituição Federal, fato que seria uma violação dos direitos fundamentais de toda a coletividade urbana e rural do país. Políticos disfarçados de benfeitores, na maioria das vezes, não representa os anseios da sociedade, mas apenas os próprios ou da elite que defende. Manobras e manipulações para assegurar a continuidade de impactos após a concessão da licença ambiental e ampliar conflitos tanto sociais, quanto ambientais, como os relatados neste trabalho

Alegar gargalos de desenvolvimento socioeconômico ao afirmar que o progresso não poderá consolidar o tombamento, propondo que o mesmo seja suspenso ou cancelado pelas mesmas razões degradadoras da cultura e da

ecologia é de fato disfarçar e ocultar os verdadeiros fatos, justificando o injustificável, a violação expressa do artigo 225/CF-1988. Se a panela de senadores dispõe que a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, há prova suficientes de que os que dizem nos representar, são culturalmente e ecologicamente analfabetos. A história destes operários mineiros é a história de um conflito de interesses, nos quais a cultura e a ecologia reforçam a resistência.

Na década de 1950 aparecem as primeiras colisões entre funcionários e a direção da fábrica, além de distintos problemas trabalhistas, culminando em um agitação grevista no final da década de 1960. A circulação foi preparada secretamente ao longo do ano de 1958, a partir das grupos de operários que padeceram diante das condições absurdas de trabalho e tendo que reverter um pouco da oposição dos trabalhadores mais antigos, que recebiam perder o direito à residência na vila operária. Abatida a resistência, os comitês de greve acabaram por obter adesão da maior parte dos trabalhadores na batalha por melhor qualidade de trabalho e aumentos de salário. Em janeiro de 1962, o movimento reivindicatório culmina com a revelação pelas ruas de Belo Horizonte de uma caminhada chamada "Passeata da Fome".

Os operários da fábrica estiveram nas ruas para atrair a atenção da autoridade e da população, expondo painéis vazios para manifestar a condição em que conviviam, já há cinco meses sem embolsar salários. A passeata obteve repercussão nacional e as negociações com a administração da fábrica conseguiram um relativo sucesso. Em dezembro de 1962, um Decreto-Lei atribuiu ao distrito de Marzagão, a atual denominação de Carvalho Britto. Nas décadas seguintes, várias alterações aconteceram. A fábrica e a usina hidroelétrica caíram nas mãos da Paraopeba Industrial, depois para a União Rio Empreendimentos S/A que concluiu por encerrar a fábrica e a usina. Vendida para a Companhia Cedro da Cachoeira, está tirou o maquinário e comercializou os galpões para a Confecções Top (Marcel Phillippe). Preservar, Marzagão, as vilas Elisa e Operária, as matas do Inferno e Mello é preservar um espaço singular da história industrial das Minas Gerais. Transferir essas paisagens culturais para as futuras gerações, é mais que um dever, é um marco civilizatório do qual não podemos, jamais, abrir mão. Viva Marzagão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAMM. **Movimento Viva Marzagão**. Sabará, 2001, vários documentos escritos e ofícios

ANDRADE, Vagner Luciano de Andrade et al. **Histórico, situação atual e perspectivas do patrimônio cultural e do patrimônio ecológico no entorno de Marzagão**. Belo Horizonte (Estudo de caso): ONG VIBRA+, 2006

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva - História antiga**. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 1996, vol. 1, p. 221

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Marzagão: Ofício datado de 01 de fevereiro de 2001**. Belo Horizonte, CMBH, 2001

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Marzagão: Ofício datado de 20 de fevereiro de 2001**. Belo Horizonte, CMBH, 2001

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Marzagão: Ofício datado de 11 de maio de 2001**. Belo Horizonte, CMBH, 2001

CHERRY, Colin. **A comunicação humana** (Tradução de José Paulo Paes). São Paulo: Cultrix, 1972

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; LE VEM, Michel Marie. **Marzagânia: fábrica, vila e movimento Sindical**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos.

FARACO, Carlos Emílio, MOURA, Francisco Marto. **Língua e Literatura**. São Paulo Ática, 1992

FOLHA DE SABARÁ. **Marzagão em defesa do tombamento**. Publicado em 04 de maio de 2001

GAZETA MERCANTIL DE MINAS GERAIS. **IEPHA estuda tombamento de Marzagão: população quer revitalizar distrito do século XIX**. Publicado em 13 de agosto de 2001

GONTIJO, Moema Moreira. **Histórico da vila de Marzagão**: In: Centro de Cultura Nansen Araújo/Centro de Memória da Indústria - FIEMG/SESI, Belo Horizonte, abril de 2001. 72 páginas (impresso)

JORNAL DE OPINIÃO. **A história vai sumindo**. Publicado em 28 de maio de 2000.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE. **Moradores se unem para salvar vila histórica de Sabará**. Publicado em 12 de fevereiro de 2001

JORNAL DIÁRIO DA TARDE. **Agressão à história e à natureza: Amigos de Marzagão querem tombamento**. Publicado em 29 de maio de 2001

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Mata esconde parte da história de Minas: abandonada e parcialmente destruída, a velha mansão ainda lembra os tempos de poder.** Publicado em 11 de abril de 1993

JORNAL ESTADO DE MINAS. **A História de Carvalho de Brito: Proprietários tem planos de implantar pólo industrial.** Publicado em 01 de abril de 1993

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Cenário de conto de Guimarães Rosa.** Publicado em 03 de junho de 2000

JORNAL HOJE EM DIA. **Minas: Protesto pede tombamento da Vila Marzagão.** Publicado em 12 de fevereiro de 2001

JORNAL NOSSA GENTE. **Associação pretende resgatar a memória do Marzagão.** Publicado em 12 de abril de 1999

MACHADO, Maria de Lourdes Guerra. **Nas ruas de Sabará.** Sabará: Fundação Educacional e Cultural de Sabará, 1999, p. 116

OLIVEIRA, Ricardo Antunes G. de; GUIMARÃES, Jerry Crispim. **Distrito de Carvalho de Brito (Marzagão): registro e reconstrução.** In: J.R.A Promoções e Eventos/Alunos de Comunicação Social da PUC/MG, Belo Horizonte: 2001

PLAMBEL - SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. **Plano Metropolitano de Parques Urbanos: Parque General Carneiro.** PLAMBEL, Belo Horizonte, 1979. p. 21-23

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ. **Lei Orgânica Municipal.** Prefeitura Municipal de Sabará: Sabará, 1990